



POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



CARTA DE APRESENTAÇÃO

A construção de uma educação equitativa exige investimento intelectual, escuta, diálogo e compromisso coletivo. Isso significa envidar esforços para pensarmos o próprio reordenamento das bases do nosso contrato social educacional, no que tange às camadas populares e sua trajetória na política educacional.

É com esse espírito que nos reunimos no I Encontro para a Construção do Marco Referencial de Equidade na Educação Básica — um marco histórico que busca orientar, com base em evidências e experiências concretas, a formulação de políticas públicas capazes de enfrentar as múltiplas desigualdades que ainda persistem em nosso sistema educacional.

Este material que ora apresentamos tem como objetivo apoiar o trabalho das oficinas temáticas que compõem o Encontro. São roteiros e metodologias pensados para garantir a escuta qualificada, a mediação consistente e a sistematização cuidadosa das contribuições que emergirão da vivência e da reflexão dos(as) especialistas convidados(as), oriundos(as) das mais diversas trajetórias — seja na gestão pública, nos movimentos sociais ou na academia.

Estamos cientes de que o princípio da equidade, embora já inscrito na Constituição, ainda carece de instrumentos claros e compartilhados para sua efetiva implementação. O Marco Referencial que buscamos construir de forma colaborativa é uma resposta a esse desafio: uma proposta aberta, dinâmica e ancorada na realidade, que nos permita não apenas

nomear as desigualdades, mas enfrentá-las com intencionalidade e justiça.

Agradecemos profundamente sua presença e contribuição. Que este Encontro seja, acima de tudo, um espaço de escuta respeitosa, trocas potentes e compromissos firmes com uma educação básica mais justa, plural e democrática.

Com apreço, amizade e confiança no caminho que estamos construindo,

Zara Figueiredo

Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC)



SUMÁRIO

6.
LEGISLAÇÃO E NORMAS

9.
DOCUMENTOS

11.
PRINCÍPIOS

15.
OBJETIVOS

19.
ESTRATÉGIAS

23.
INDICADORES

26.
LACUNAS NA CONCRETIZAÇÃO

LEGISLAÇÃO E NORMAS

- **Constituição Federal de 1988, em especial Art. 225 § 1º inciso VI.**
Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso: 22/09/24.
- **Lei 6.938/81, que “Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências”.**
Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm, acesso: 25/11/24
- **Lei 9.394/96 (LDB) – embora a LDB (que é anterior à Lei nº 9.795/1999) não traga dispositivos específicos, os princípios e os objetivos da Educação Ambiental coadunam-se com os princípios gerais da educação contidos na Lei.**
Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, acesso: 20/09/24
- **Lei 9.795/99, que “Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”.**
Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm, acesso: 22/09/24.
- **Lei 12.305/10, que “Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências”, articula a Política Nacional de Resíduos Sólidos com a Política Nacional de Educação Ambiental e com a Política Nacional de Saneamento Básico, e reconhece a Educação Ambiental como**

um instrumento indispensável para a gestão integrada, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm, acesso: 03/01/25.

- **Lei nº 13.415/17, que institui a Base Nacional Comum Curricular**
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm, acesso: 25/11/2024
- **Lei 14.393, de 27 de abril de 1999, “Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, para instituir a Campanha Junho Verde”. O objetivo da Campanha Junho Verde é desenvolver o entendimento da população acerca da importância da conservação dos ecossistemas naturais e de todos os seres vivos e do controle da poluição e da degradação dos recursos naturais, para as presentes e futuras gerações.**
- **Lei 14.926/24, que “Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental”**
Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14926.htm, acesso: 22/09/24.
- **Decreto 4.281/02, que “Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências”. Cria o Comitê Assessor com o objetivo de**



assessorar o Órgão Gestor na execução de suas atribuições, configurando-se como uma instância de controle social-ambiental-educacional dessa política pública.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.281%2C%20DE%2025,27%20de%20abril%20de%201999%2C, acesso: 22/09/24.

- **Decreto 10.088/19, que “Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.” Ressalta a necessidade de atuação transversal e compromisso com a escuta e consulta livre dos povos e populações tradicionais sobre o “desenvolvimento” e seus planos em cada local – dimensão da educação para a participação livre, informada e qualificada.**
Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10088.htm#anexo72, acesso: 03/01/25.

- **Resolução CNE/CP 02/12, que “Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental”.**

Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf, acesso: 22/09/24.

- **Parecer CNE/CP 14/12, homologado em 15/06/2012, embasa a Resolução CNE/CP 02/2012, que “Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental”.**

Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download-

[d&alias=10955-pcp014-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.281%2C%20DE%2025,27%20de%20abril%20de%201999%2C), acesso: 03/01/25.

DOCUMENTOS IMPORTANTES PARA A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- **Educação Ambiental: por um Brasil sustentável - ProNEA, Marcos Legais e Normativos, 6ª edição revisada, 2023. – Institucionalizado pelo art. 5º, inciso IX, da Lei 14.926/24, que altera a Política Nacional de Educação Ambiental**

Disponível em:
<https://salasverdes.mma.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Pronea-Digital-final.pdf>, acesso: 06/01/25.

- **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, produzido durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92, Rio de Janeiro). Expressa o caráter crítico e emancipatório da Educação Ambiental, entendendo-a como instrumento de transformação social e política, comprometido com a mudança social, rompendo o modelo desenvolvimentista e inaugurando o paradigma de “sociedades sustentáveis”. O Tratado passará por fóruns nos estados, ao longo de 2025, para atualização de estratégias diante do cenário das emergências climáticas.**

Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>, acesso: 03/01/25.

- **Declaração de Thessaloniki, produzida durante a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade (Thessaloniki,**



Grécia, 1983). Recomendava que, após dez anos, fosse realizada uma conferência internacional para verificação da implementação e progresso dos processos educacionais então sugeridos, o que ocorreu em Ahmadabad, na Índia".

Disponível em:

<https://antigo.mma.gov.br/agenda-ambiental-urbana/item/8070-declara%C3%A7%C3%A3o-de-thessaloniki.html>, acesso: 03/01/25.

- **Declaração de Ahmedabad/Índia: uma chamada para a ação, produzida durante a Quarta Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, quando foi discutido o tema "Educação Ambiental para um Futuro Sustentável – Parceiros para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável". Foi reforçada a identidade da Educação Ambiental como condição indispensável para a sustentabilidade, promovendo o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social e de gênero, o diálogo para a convivência e a paz.**

Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000191897>, acesso 06/01/25
– ANEXOII do documento.

- **Carta da Terra, elaborada após um grande movimento da sociedade civil. Foi lançada formalmente em uma cerimônia no Palácio da Paz em La Haya, em junho de 2000.**

Disponível em:

<https://antigo.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educac%C3%A3o-ambiental/documentos-referenciais/item/8071-carta-da-terra.html>, acesso: 03/01/25.

É importante lembrar ainda que, em 2000, na Cúpula do Milênio, promovida pela ONU em sua sede com a participação de 189 países, o Brasil comprometeu-se com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), metas a serem colocadas em prática mediante ações políticas, sociais e pedagógicas. Um dos objetivos é o de melhorar a Qualidade de Vida e o Respeito ao Meio Ambiente, visando inserir os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e nos programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.

Além disso, o Brasil, com outros países da América Latina e do Caribe, assumiu compromissos com a implementação do Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental (Placea) e do Plano Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental (Panacea), no âmbito da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). De 2005 a 2014, por iniciativa da UNESCO, vive-se a "Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável".

PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, dispõe que a Educação Ambiental deve ser entendida o conjunto de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Deve estar presente na educação formal e não-formal.

Trata-se de um compromisso com a justiça social, a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental sustentável para a garantia da vida com qualidade no planeta e o enfrentamento das desigualdades e da pobreza.

Quando o Conselho Nacional de Educação (CNE) discutiu e aprovou as

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, ressaltou o disposto no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Rio-92), lembrando que, na educação formal brasileira, o atributo "ambiental" não é empregado para especificar um tipo de educação. Constitui-se em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental (Parecer CNE/CP 14/2012).

Todos têm direito à Educação Ambiental, e todos devem ter compromisso com esta política, incorporando e promovendo-a com engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Além de governos, cabe às instituições educativas, aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, aos meios de comunicação, às empresas, às entidades de classe, às instituições públicas e privadas, e à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

A Educação Ambiental parte da concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. Por isso, exige uma abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais, reconhecendo a pluralidade de ideias, as diferentes concepções pedagógicas, a diversidade individual e cultural.

Entre os princípios consagrados na PNEA e em documentos de Referência, como o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Responsáveis e Responsabilidade Global e a Carta da Terra, a seguir, destacamos alguns que contribuem para os avanços de políticas com o compromisso na equidade:

- **o respeito, o reconhecimento e a valorização da pluralidade, da diversidade étnica e cultural, bem como do conhecimento e das práticas tradicionais relacionadas ao meio ambiente;**
- **desenvolvimento da cidadania ambiental com o enfoque humanístico, sistêmico, crítico, democrático e participativo;**
- **o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade;**
- **a garantia de continuidade, permanência e corresponsabilidade social nos processos educativos;**
- **a formação de uma visão de mundo crítica, ética e interpretativa, contextualizada historicamente e baseada no reconhecimento das diferenças, cooperação, justiça social, e outros valores que reorientem atitudes para a construção de sociedades sustentáveis;**
- **abordagem articulada das questões socioambientais locais, regionais, nacionais, e globais;**
- **Compromisso com a proteção e respeito a todas as formas de vida e processo educativo transformador;**
- **Criação de sociedades sustentáveis e equitativas – sociedades socialmente justas, ecologicamente equilibradas;**
- **Compreensão sistêmica da pobreza, racismo, degradação humana e ambiental e das violências;**
- **Incentivo à participação de setores populares da sociedade;**

- **Defesa da possibilidade de cada comunidade planejar e implementar suas próprias alternativas políticas, com respeito à autodeterminação dos povos e soberania das nações;**
- **Compromisso com solidariedade, igualdade e respeito aos direitos humanos, diversidade cultural, linguística, ecológica**
- **Valorização das diversas formas de conhecimento, o qual é produzido socialmente;**
- **Democratização dos meios de comunicação de massa, com intercâmbio de experiências, métodos e valores.**

Em específico, vale conceituar o que se entende por “sustentabilidade” e sua relação com a perspectiva da equidade. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o caráter sustentável está ligado a “um processo holístico que aspira a restauração e manutenção da harmonia entre os ambientes natural e construído, e a criação de assentamentos que afirmem a dignidade humana e encorajem a equidade econômica. No contexto do desenvolvimento sustentável, o conceito transcende a sustentabilidade ambiental, para abraçar a sustentabilidade econômica e social, que enfatiza a adição de valor à qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades”. Assim, fica nítido que a promoção de sociedades sustentáveis a partir da educação ambiental tem ligação direta com a construção de sociedades justas, que garanta qualidade de vida de forma equânime a partir de ações intencionais de redução de desigualdades atualmente observadas.

Neste sentido, é preciso compreender o princípio de justiça climática, que demarca a perspectiva de que o grau de vulnerabilidade de uma comunidade está diretamente relacionado ao risco de impacto sofrido no contexto da emergência climática (portanto, há distribuição desigual dos riscos ambientais), e em função disso consolida o pressuposto de que é necessário investimento mais robusto em ações de mitigação

de danos direcionadas às áreas de maior risco. Relacionado a isto, há ainda o princípio de combate do "racismo ambiental", termo que expõe que o impacto da crise climática recai de forma mais interna sobre etnias e populações mais vulneráveis, além do respeito ao direito intergeracional às condições saudáveis e equilibradas do clima e meio ambiente e o direito à transição justa aos sistemas e tecnologias de resiliência, adaptação e mitigação, para que os sistemas de trabalho, produção, acesso e disponibilidade às tecnologias respeitem o princípio da inclusão e equidade, não deixando ninguém para trás, garantindo oportunidades de formação profissional e trabalho para a diversidade de grupos sociais

OBJETIVOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os objetivos fundamentais da educação ambiental são estipulados normativamente no artigo 5º da Lei 9.795/99, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental:

- o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- a garantia de democratização das informações ambientais;
- o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em

níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

- o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.
- o estímulo à participação individual e coletiva, inclusive das escolas de todos os níveis de ensino, nas ações de prevenção, de mitigação e de adaptação relacionadas às mudanças do clima e no estancamento da perda de biodiversidade, bem como na educação direcionada à percepção de riscos e de vulnerabilidades a desastres socioambientais; o auxílio à consecução dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, da Política Nacional sobre Mudança do Clima, da Política Nacional da Biodiversidade, da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, do Programa Nacional de Educação Ambiental e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, entre outros direcionados à melhoria das condições de vida e da qualidade ambiental.

Vale ainda evidenciar os objetivos manifestos no do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), em sua revisão de 2023:

- Estimular e apoiar processos de Educação Ambiental voltados para valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis.

- Contribuir para a mobilização e a organização de grupos - voluntários, profissionais, institucionais, associações, cooperativas, comitês, entre outros - que atuem em programas de intervenção em Educação Ambiental, apoiando e valorizando suas ações.
- Promover a Educação Ambiental na formulação e execução de atividades da gestão ambiental pública.
- Incentivar a Educação Ambiental integrada a iniciativas e processos de conservação, recuperação e renaturalização do meio ambiente, bem como àqueles voltados à prevenção de desastres, riscos tecnológicos e danos socioambientais.
- Estimular entidades de classe, instituições públicas e privadas a desenvolverem programas destinados à capacitação de trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o meio ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente.
- Ampliar a participação da população nos processos decisórios sobre a gestão dos recursos ambientais nos territórios.
- Incentivar iniciativas que valorizem a relação entre cultura, memória e paisagem, assim como a interação entre os saberes de povos e comunidades tradicionais e populares e os conhecimentos técnico-científicos.
- Dinamizar o acesso a informações sobre a temática socioambiental.
- Estimular a cultura de redes de Educação Ambiental, valorizando essa forma de organização.

- Incentivar e fomentar a implantação e funcionamento de espaços de articulação da Educação Ambiental junto às unidades federativas, a exemplo das Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental, Centros de Educação Ambiental, Núcleos de Educação Ambiental, entre outros.
- Promover a Educação Ambiental nos processos de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas relativas à conservação da biodiversidade, zoneamento ambiental, licenciamento, fiscalização e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, gerenciamento costeiro, gestão de recursos hídricos, ordenamento de recursos pesqueiros, manejo sustentável de recursos ambientais e melhoria de qualidade ambiental.
- Promover ações permanentes dialógicas e dialéticas, que vinculem os princípios, diretrizes e objetivos instituídos pelas políticas e programas de Educação Ambiental, nas três esferas de governo, com as demais legislações vigentes, visando promover a internalização desses processos pelos demais setores da sociedade.
- Incentivar, valorizar e qualificar a participação individual e coletiva em conselhos escolares, diretórios acadêmicos, grêmios estudantis, associações de pais e/ou professores, coletivos de jovens, núcleos de Educação Ambiental, comissões de meio ambiente, colegiados acadêmicos, entre outros, de forma permanente e responsável.
- Aperfeiçoar os mecanismos para a redução e prevenção das vulnerabilidades, riscos e danos, causados por desastres e ações antrópicas de impacto socioambiental nos territórios.

ESTRATÉGIAS PARA A CONCRETIZAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Política Nacional de Educação Ambiental parte do princípio de que a cooperação entre as diversas regiões do país, em níveis micro e macrorregionais, deve ser vista como estratégica.

A Política Nacional de Educação Ambiental integra o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, as instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e as organizações não-governamentais que atuam em educação ambiental. Contudo, a Educação Ambiental requer estratégia para a gestão de sua transversalidade nos sistemas de Ensino, em todos os níveis e modalidades, inclusive a partir de documentos, como Plano Nacional de Educação. Recentemente, a Política Nacional de Educação Ambiental foi revisada, com atenção especial ao contexto das mudanças climáticas, às estratégias de proteção, adaptação e enfrentamento de emergências climáticas, além do incentivo à conservação da biodiversidade. Com este preceito, nasce a necessidade de uma governança, com estratégias próprias e adequadas às redes de ensino e aos diferentes grupos que integram as comunidades escolares, especialmente as de maior vulnerabilidade, como crianças, adolescentes, povos indígenas, quilombolas, do campo, pessoas com deficiência, mulheres, surdos, idosos, entre outros.

O Órgão Gestor da PNEA, seja na esfera nacional (MMA e MEC) ou subnacional, tem a atribuição de definir diretrizes para implementação da política, além de articular, coordenar e supervisionar planos, programas e projetos na sua esfera de competência.

O ProNEA define cinco estratégias para concretizar a política e o plano nacional:

Ainda, destaca-se a indução e fomento a pátios verdes, escolas sustentáveis e resilientes, a partir dos eixos da infraestrutura, gestão, currículo e diálogo com comunidade escolar, bem como o apoio a planos de resposta das redes escolares aos desastres e emergências climáticas e socioambientais. Essa atuação ganhou maior relevo no último ano e tem se mostrado espaço fundamental de atuação do Governo Federal junto às redes de ensino municipais e estaduais.

O campo da educação ambiental escolar trabalha com o entendimento que considera como espaços educadores sustentáveis aqueles que “desenvolvem processos educativos permanentes e continuados, capazes de sensibilizar a comunidade escolar para a construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável, fomentando ações que abranjam as dimensões currículo, gestão e espaço físico e compensem seus impactos ambientais com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações, na intencionalidade de educarem para a sustentabilidade socioambiental, tornando-se referência em seu território”. Do ponto de vista estrutural, espera-se que os recursos para estrutura das escolas sejam usados visando a destinação apropriada de resíduos da escola, eficiência energética, uso racional da água, conforto térmico e acústico, mobilidade sustentável e estruturação e adaptação de pátios e uso de áreas verdes.

A Lei 9.795/99 e art. 70 das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental determinam que esta dimensão educativa esteja presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo formal e não formal, cabendo às instituições educativas a promoverem de forma integrada aos programas e ações que desenvolvem. Por sua vez, o artigo 3º atribui ao Poder Público a competência de estimular a participação individual e coletiva, das escolas, em todos os níveis de ensino, nas ações de conservação socioambiental, prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, conservação da biodiversidade e percepção de riscos e

vulnerabilidades a desastres socioambientais.

Nesse sentido, desde a Rio 92, a sociedade civil demandava a criação de Comissões em defesa do Meio Ambiente nas escolas. A partir da primeira edição da Conferência Nacional de Juventude e da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), com base no conceito de círculos de cultura, do educador, Paulo Freire, foi criada a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola, ainda de forma incipiente, como metodologia para os processos de Conferência de Meio Ambiente nas Escolas (COM-VIDA na Escola).

INDICADORES PARA O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA

Em 2024, a Educação Ambiental voltou a constar do Censo Escolar, no INEP, o que vai possibilitar, futuramente, avaliações comparativas para os próximos anos. Pela primeira vez, o INEP apresentou dados mais específicos sobre a Educação Ambiental nas escolas, inclusive nas modalidades, incluindo dados relacionados à gestão escolar ambiental, como disponibilidade e uso de áreas verdes e tratamento / separação de resíduos sólidos. Entre as questões formuladas no âmbito do Censo Escolar, indagou-se se a escola trabalha com a dimensão da Educação Ambiental e, caso positivo, de que formas. Entre as opções no Censo estão: evento, projeto transversal ou interdisciplinar, componente curricular especial, específico, flexível ou eletivo; conteúdo dos componentes já constantes do currículo; protagonismo estudantil, grêmios ou similares e ecotécnica. De forma geral, além da necessidade de uma análise qualitativa dos dados, há necessidade de se obter dados sobre o impacto climático nas redes e cotidiano escolar, à infraestrutura, e desastres socioambientais sobre a educação.

O Censo Escolar permite, ainda, analisar o nível de formação continuada dos professores e dos gestores na temática, caso tenham realizado uma formação de 80h ou mais sobre o tema. Além disso, é possível

Em 2006, a Coordenação de Educação Ambiental/SECADI e INEP produziram o Estudo: "O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental"? (SECAD, 2006). Na ocasião, já se constatava a falta de informações públicas sistematizadas e detalhadas sobre as formas, a gestão e a avaliação da Educação Ambiental no País. Apesar de o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio do Censo Escolar, possuir informações sobre o número de escolas que oferecem Educação Ambiental nas modalidades considerando projetos, Disciplinas Especiais e Inserção da Temática Ambiental nas Disciplinas, não existem outras informações, por exemplo, sobre a qualificação de recursos humanos para a Educação Ambiental, os conteúdos ministrados, as formas de gestão da Educação Ambiental no interior da escola e a avaliação do apoio das instâncias públicas superiores, nos três âmbitos da Federação na institucionalização da Educação Ambiental no País. Desde este período, permanece sendo reiterada a demanda por estudos mais qualitativos.

Dados sobre práticas pedagógicas e aprendizagem

- 

- Como avaliar, do ponto de vista de conteúdo e de metodologia, a compreensão crítica dos estudantes sobre as questões socioambientais, bem como a compreensão sobre respeito e busca por justiça às diversidades e sociobiodiversidades?

- Há meios de analisar a série histórica dos investimentos do MEC em Educação Ambiental, bem como os montantes destinados pelas redes municipais e estaduais?
- Como analisar quantitativa e qualitativamente os protocolos de resposta a emergência climática criados pelas redes de ensino?
- Quais informações de capacidades estatais devem ser monitoradas? Existência de normativas próprias na rede de ensino, definição de equipe específica na secretaria?

- Como analisar o grau e a forma de abordagem da Educação Ambiental nos cursos de pedagogia e licenciatura?

LACUNAS PARA A CONCRETIZAÇÃO DA POLÍTICA

Atualmente, um dos grandes desafios da Educação Ambiental é o enfrentamento e adaptação aos impactos das mudanças climáticas, em atenção à Lei 14.926/24, que "Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental". As desigualdades históricas existentes na educação brasileira de cunho regional/territorial, socioeconômico, étnico-racial e de gênero observadas nos indicadores educacionais são exacerbadas no contexto das mudanças climáticas UNESCO (2023).

Em uma pesquisa conduzida pela UNESCO em 2022, constatou-se que, em uma amostra de aproximadamente 17.500 respondentes, 70% dos jovens afirmaram que nada sabiam, ou não podiam explicar as mudanças climáticas ou podiam explicar apenas seu sentido amplo. Na cúpula "Transformando a Educação", realizada em 2022, foi estabelecida a meta de atingir 50% de escolas verdes até 2030, com o objetivo de preparar cada aprendiz para uma postura de prontidão perante o clima por meio da oferta de uma ação forte, ampla e coordenada em torno de quatro pilares: tornar as escolas verdes, fortalecimento do currículo, formação de professores e envolvimento das comunidades escolares.

O documento "O impacto da mudança climática em educação e o que fazer sobre isso" (BIRD, 2024) aponta como as mudanças climáticas "estão ameaçando os resultados de aprendizagem" (2024, p. 6) de forma significativa e por motivos diversos. Mesmo que medidas

drásticas venham a ser adotadas, os efeitos de tais mudanças sobre os sistemas de ensino poderão persistir. Entre os problemas mais graves apontados pelo estudo estão o fechamento em massa de escolas, associado às emergências diversas, como enchentes, incêndios, furacões, ciclones e outros, possui estreita relação com a transformação

de seu espaço físico em abrigo para as vítimas de tais fenômenos, as perdas de aprendizagem resultantes de temperaturas elevadas e os impactos sobre a saúde de professores e estudantes, a ameaça iminente para a economia, inclusive pela ocorrência de danos transitórios ou permanentes à infraestrutura escolar, o baixo percentual de áreas verdes na infraestrutura escolar, o que, entre outros efeitos, agrava as ondas de calor. Comparando as experiências de uma criança de 10 anos em 2024, com outra da mesma idade em 1970, o estudo destaca que a primeira irá vivenciar duas vezes mais incêndios e ciclones, três vezes mais enchentes, quatro vezes mais perdas de safras e cinco vezes mais secas no curso de sua vida em um contexto de 3°C no aquecimento global. Tal situação é ainda mais grave para os estudantes das regiões mais quentes do país, ou seja, os moradores de 10% dos municípios mais quentes do Brasil, onde estima-se perdas de aprendizagem em torno de 1% ao ano (BIRD, 2024).

Considerando esse contexto, as estratégias sugeridas pelo documento para adaptação dos sistemas educacionais para maior resiliência" apontam para:

- **Gestão da educação para resiliência climática com foco em planejamento para a gestão de riscos (com dados), estabelecendo sistemas de alerta precoces e fortalecendo a gestão a nível escolar.**
- **Implementação de adaptações na Infraestrutura escolar para resiliência climática envolvendo a garantia de conformidade com os códigos de construção, a promoção de ajustes estruturais para a minimização de danos e a gestão de informações sobre os riscos e a gestão, incluindo monitoramento das temperaturas em sala de aula.**
- **Garantia de continuidade da aprendizagem diante das emergências climáticas, considerando a manutenção das escolas abertas**

(na medida do possível), a mitigação do uso de escolas como centros de emergência, a criação e o estabelecimento de programas de aprendizagem remota e a garantia de frequência e recuperação após a reabertura das escolas.

Por sua vez, o documento "Padrões de qualidade para escolas verdes: tornando verde todo ambiente de aprendizagem" discorre sobre o termo "Escola Verde", referindo-se a uma instituição de ensino que adota uma abordagem de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Sob esta ênfase, a mudança climática seria o ponto de entrada temático para refletir sobre como as escolas se tornam prontas para o clima, tanto em termos de serem locais de aprendizagem seguros e resilientes, quanto centros inovadores nos quais os estudantes e as comunidades locais possam ser equipados com conhecimento, habilidades, valores e atitudes necessárias para enfrentar os impactos da mudança climática por meio da adoção de práticas sustentáveis (UNESCO, 2024, p. 4).

Entre as 4 dimensões do Padrão de Qualidade Escola Verde, a UNESCO destaca:

- **Governança escolar como uma visão e uma política abrangente que inclui a comunidade escolar por meio da tomada de decisões inclusivas e do envolvimento ativo para combater as mudanças climáticas, otimizando o gerenciamento de recursos, aumentando a resiliência e promovendo práticas sustentáveis.**
- **Instalações e operação: redução de riscos por meio da proteção climática e da melhoria da preparação para emergências, especialmente por meio do envolvimento dos alunos no monitoramento do progresso da escola.**

- **Ensino e aprendizagem: incorporação da Educação Ambiental e educação sobre mudança climática no currículo, aprimorando as habilidades de estudantes para o enfrentamento da questão.**
- **Envolvimento da comunidade: aumento da conscientização de toda a comunidade, inclusive por meio de campanhas organizadas (UNESCO, 2024, p. 16).**

Entre os caminhos estratégicos e suas respectivas esferas e responsabilidades de atuação, é preciso **fortalecer as formações continuadas e processos de governança e participação social, incluindo redes de instituições** que possam atuar, inclusive, na Educação e nos Planos para Redução dos Riscos de Desastres e Emergências Climáticas e Socioambientais. Tal perspectiva requer um **engajamento distinto de professores e estudantes**, o que demanda preparação e foco diferenciado na formação e apoio a iniciativas locais e abordagens territoriais. O documento "Repensando a educação em contexto de mudança climática: pontos de alavancagem para mudança transformadora" (OCDE, 2024) apresenta uma compreensão dos "sistemas educacionais como impulsionadores de mudanças transformadoras" (p. 9), apontando-os como componentes positivos de transformação, destacando a importância de articulação entre mudança individual e sistêmica; a ideia de que as mudanças devem relacionar-se com lugar e contexto; e a necessidade de uma abordagem multi-escalar para a mudança educacional. Aborda, ainda, o repensar da educação científica e a aprendizagem transcurricular com foco sobre o repensar da educação em Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática no contexto dos desafios ambientais; e o fomento às perspectivas transcurriculares.

Nesse contexto, é importante salientar que normativamente já há vasto subsídio para que o Brasil avance na implementação da Educação Ambiental, a partir de atuação histórica de movimentos sociais. Contudo, como a Educação Ambiental nasceu no final da década de

1970 ainda muito associada às políticas de gestão ambiental, observa-se em muitos espaços escolares a visão de que se trata de dimensão da política ambiental. A Educação Ambiental, em âmbito escolar, ainda carece do aprofundamento dos debates, propostas e investimentos, sendo confundida com os "temas do meio ambiente" ou as "práticas de gestão ambiental" ou projetos

Ainda que haja um rol de normas desde a década de 1990, a Educação Ambiental, com metas, indicadores, estratégias, mecanismos de monitoramento, não está presente no Plano Nacional de Educação vigente para todos os níveis e modalidades de ensino, o que gera grave lacuna para seu avanço nos sistemas de ensino. Também inexistem um sistema de monitoramento apropriados para a Educação Ambiental formal ou escolar, para todos os níveis, modalidades. Ainda há poucos dados, monitoramento e iniciativas relacionadas ao currículo das escolas, formação de profissionais da educação e políticas promovidas pelos estados e municípios voltadas para a Educação Ambiental Escolar, como demonstrado na seção anterior.

No aspecto curricular, observa-se que na atual BNCC (Base Nacional Comum Curricular) as questões ambientais aparecem apenas na unidade das Ciências da Natureza, contrariando o caráter transversal da Educação Ambiental, a ser desenvolvido como prática educativa integrada, contínua e permanente, de forma inter e transdisciplinar. A BNCC também é omissa quanto aos conteúdos que abordam mudanças climáticas e educação climática. É importante ainda considerar que as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental (Resolução CNE nº 02/2012) necessitam ser atualizadas, em sintonia com as diretrizes para a Educação e Planos para o Enfrentamento dos Desastres e Emergências Climáticas e Socioambientais, traçando estratégias para a sua efetiva implementação pelas redes e apoio aos profissionais da educação.

Em relação à implementação de adaptações na Infraestrutura escolar para resiliência climática, ainda é preciso garantir a participação

das equipes relacionadas à Educação Ambiental na elaboração dos códigos de construção e padrões arquitetônicos, de modo a observar a conformidade aos princípios e objetivos da Política. Também é fundamental avançar no desenvolvimento de protocolos nacionais de resposta à emergência climática, incluindo guias editáveis e ajustados aos diferentes cenários mais prevalentes – uma vez que os cenários variam muito nas diferentes regiões do País.

Já na perspectiva de governança, desde 2007, a sociedade civil e as redes de educação ambiental vêm pautando a criação de um Sistema Nacional de Educação Ambiental – SISNEA, considerando a complexidade da gestão da PNEA, a atuação conjunta do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, que articula a educação ambiental formal, não formal e difusa, bem como as instâncias propositivas, consultivas e executivas da educação social no Brasil.

Além disso, as instâncias deliberativas, consultivas e de assessoramento da PNEA – ou, seja, seus órgãos colegiados –, Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA e Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental nos estados, não possuem Secretaria Executiva, faltando estratégias permanentes e continuadas para incentivo à governança e participação social. A implementação da PNEA passa, necessariamente, pela coordenação do Órgão Gestor (atuação conjunta entre MMA e MEC), contudo, faltam estratégias e planejamentos, monitoramentos e políticas integradas entre as políticas destas duas instâncias¹, um problema que se acentua diante da gravidade dos impactos das mudanças climáticas. A governança internacional desta Política também requer estratégias, a exemplo da necessidade de fortalecimento da rede de educação ambiental formada pelos países da CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e Galícia, que vêm articulando estratégias dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente.

¹ Um exemplo é a questão do pacto federativo para gerir o Plano Clima e os protocolos locais, nas escolas, para o enfrentamento aos desastres e emergências climáticas. As escolas não receberam formações adequadamente. Além disso, não há participação do MEC e das instituições de ensino em planos que estão sendo executados por diferentes Ministérios.

Além disso, embora o Plano Nacional de Educação Ambiental – ProNEA tenha sido construído e revisado participativamente, contendo linhas de ação e metas para a Política Nacional de Educação Ambiental, este não possui normativa específica, tampouco está ligado a um programa reconhecido pelo Plano Plurianual – PPA do Governo Federal. Desta forma, não existe orçamento para a sua implementação, nem regras para sua revisão periódica e monitoramento. A complexidade da formação continuada de professores em educação ambiental, por exemplo, requer investimento em políticas de incentivo à participação dos profissionais da educação, seja pela oferta de regimes de progressão ou outras ações de apoio à participação, principalmente, diante da necessidade de envolvimento destes profissionais nos Planos de Enfrentamento dos Desastres e Emergências Climáticas e Socioambientais.

Alguns grupos de jovens, que formam coletivos pelo meio ambiente, atuantes nos territórios escolares, têm impulsionado o reconhecimento, pelo sistema de educação, como agentes jovens ambientais, a partir de iniciativas em estados, como o Ceará e Maranhão.

profissionais, por terem que se dedicar, fora do seu turno de trabalho, aos projetos e ações de educação ambiental, por não encontrarem espaço na organização do projeto político pedagógico, calendários e agendas escolares.

Neste contexto, espera-se que o presente documento fomente discussões e propostas políticas específicas para que as redes escolares, de todos os níveis e modalidades, avancem em direção a uma educação ambiental que alcance seus objetivos, com a transversalidade da educação ambiental também na transversalidade das decisões políticas cotidianas, para a recriação de um mundo compartilhado, justo, inclusivo e atuante na construção de alternativas mais sustentáveis.

